

# Ajuste: o fator político

por Celso Pinto  
de São Paulo

GAZETA MERCANTIL

O cronograma político poderá complicar o cronograma econômico. Uma alta fonte do governo confirmou a este jornal que as medidas de ajuste não deverão ser aprovadas antes que se defina a questão do regime de governo e do mandato presidencial.

A esperança da área econômica era que essas duas questões cruciais pudessem estar resolvidas até o final desta semana, o que já não parece possível. Se a indefinição política persistir até o final de março, haverá um complicador a mais na economia.

O governo não está mesmo disposto a continuar pagando juros aos bancos credores a partir de 1º de abril. O gesto de boa vontade brasileiro — voltar a pagar os juros antes mesmo de assinar um acordo — termina em março. A partir daí, seria preciso um es-

queima de emergência originário dos próprios bancos para continuar a manter o pagamento em dia.

Acontece que o acordo com os bancos ainda depende de discussões técnicas e, especialmente, "da completa recuperação da credibilidade brasileira", como diz a fonte. O primeiro passo para isso foi dado com o fim da moratória. Falta o complemento indispensável: mostrar que o Brasil está disposto a executar uma política econômica coerente. Se o Brasil chegar a abril sem as medidas de ajuste, sem o acordo firmado e voltar a não pagar os juros em dia, obviamente enfrentará mais dificuldades.

O governo supõe que os bancos, especialmente o comitê de bancos credores, compreendam os constrangimentos e a impossibilidade de continuar a pagar os juros em corrente. O problema é que o próprio comitê teve reduzido seu po-

der de influência junto aos outros bancos credores. O fato de esses bancos terem constituído reservas para perdas em empréstimos também estreitou a margem de pressão dos governos sobre eles. Em outros termos, ficou muito mais difícil "vender" o acordo para todo o sistema e se os sinais gerais em relação ao Brasil não forem positivos a tarefa será árdua.

Sabe-se que a área econômica vem trabalhando em um leque amplo de medidas de ajuste possíveis. Considera, contudo, como as três mais eficazes, em termos de resultados, o congelamento já decidido do crédito ao setor público, o corte nos gastos salariais oficiais e uma revisão do orçamento da União que aperte os gastos.

Mesmo esse conjunto de providências, no entanto, não garante tranquilidade absoluta. O déficit público potencial deste ano é de 7,4% do Produto Interno

Bruto (PIB), ou seja, o desequilíbrio tenderia para isso se nada fosse feito. A esta altura já se sabe ser impossível congelar a aplicação da Unidade de Referência de Preços (URP) por três meses, como foi inicialmente cogitado. Estudam-se várias alternativas, mas todas mais brandas, em seus efeitos, do que a original. Se depender da área econômica, será alguma medida que afetará apenas os salários do setor público, pois considerase que o setor privado dispõe de flexibilidade para acomodar-se à URP mais alta.

Seja qual for a solução, ela deverá produzir uma economia de gastos inferior a 1,5% do PIB. Se não houver cortes adicionais, e o governo tentar segurar o déficit apenas fechando o crédito e comprimindo o orçamento da União, corre o risco de apenas represar um desequilíbrio que, mais à frente, acabaria explodindo. "Nada será conseguido se não houver a solidariedade de todo o governo", concorda a fonte.

(Continua na página 3)

POLÍTICA ECONÔMICA

GAZETA MERCANTIL

# Ajuste: o fator político

por Celso Pinto  
de São Paulo  
(Continuação da 1ª página)

Um complicador adicional poderá estar selado quando a Constituinte votar os temas tributários, o que poderá acontecer nas próximas semanas. Hoje, o governo federal repassa para estados e municípios um terço do que arrecada com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda (IR). A proposta que a Constituinte vai examinar eleva o repasse para 57% do IPI e 47% do IR. Em 1979, a União transferia 15% de sua receita, hoje transfere 25% e com a nova Constituição poderá vir a transferir cerca de 40%.

O governo não aceitará essa situação passivamente. O ministro da Fazenda, Maílson Ferreira da Nóbrega, que segue hoje para Caracas, desistiu de ir em seguida para a Europa exatamente para poder acompanhar a discussão da questão tributária.

Além de tentar atenuar as transferências, o governo quer que a incidência não se concentre apenas sobre o IPI e o IR, alegando que isso poderia desestimular a União a continuar fiscalizando de perto esses dois impostos. Através da negociação com deputados, espera-se conduzir a discussão para uma alíquota de transferências menor (entre 33 e 38%, conforme as propostas existentes), mas que incida sobre todos os principais impostos federais.

O fato é que se a proposta original da Constituinte for integralmente aprovada, o governo federal perderá, já neste ano, de 5 a 7% de sua receita. Seria um staculo a mais para o ajuste fiscal.

A área econômica prefere não trabalhar com a hipótese de qualquer tipo de congelamento, por considerá-la inócua. Há uma clara noção, contudo, de que é preciso sempre operar com várias alternativas. O presidente teria dado mostras de firmeza

na decisão de tentar ajustar a economia, mas ele está sujeito a injunções políticas. Os ministros econômicos encaixaram a derrota na proposta de congelamento da URP como uma reação política e social que deve ser considerada parte natural do processo de negociação.

Não chegou à área econômica nenhum pedido para que fosse montado um programa para um governo de cinco anos apoiado num pacto político centroliberal. Assim como não se trabalha com a perspectiva de um programa resultante de algum tipo de pacto social. Mesmo assim, a área econômica não exclui, em princípio, qualquer hipótese no horizonte e procura ter, de forma razoavelmente disponível, alternativas econômicas para qualquer cenário político.

De todas as hipóteses, uma que parece hoje muito pouco provável é a sugerida pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen, de aplicar um redutor mensal

de 10% sobre preços e salários. A proposta de Simonsen havia chegado à Fazenda antes mesmo de ter sido publicada na imprensa.

Os técnicos chegaram a considerá-la engenhosa, mas com o avanço das discussões foram surgindo problemas. Um deles é que ela exigiria uma mudança, através de lei, da política salarial — o que é difícil na conjuntura política atual. Outro é que o redutor, se aplicado à correção monetária, poderia afastar os investidores dos mercados financeiros formais e desviá-los para a compra de ativos como dólares, imóveis ou para a especulação com estoques.

Um ponto é certo: a área econômica tudo fará para evitar a hiperinflação. A suposição é que num país com o tamanho, complexidade e disparidades de renda do Brasil, uma hiperinflação poderia não vir a forçar uma solução — como imaginam alguns economistas —, mas levar a convulsão social.